

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**PROCESSO SELETIVO PARA AS FUNÇÕES DE CONCILIADOR CÍVEL E DE JUIZ LEIGO NO
ÂMBITO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DE LAVRAS DO SUL DO PODER
JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

EDITAL N.º 01/2016– CONCILIADOR CÍVEL E JUIZ LEIGO

O Juiz Excelentíssimo Senhor Presidente do Juizado Especial Cível e Cível da Comarca de Lavras do Sul, torna público que estarão abertas, no período **de 10 de maio a 24 de maio de 2016**, as inscrições ao Processo Seletivo Público de provas e títulos para o preenchimento de vagas nas funções de **CONCILIADOR CÍVEL** e **JUIZ LEIGO**.

A seleção rege-se-á pelas normas constantes deste Edital, da Resolução n.º 905/2012-COMAG, com as alterações da Resolução n.º 919/2012-COMAG, do Provimento n.º 22 da Corregedoria do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), da Lei Federal n.º 9.099/95 e nos termos da legislação pertinente em vigor.

1.1. VAGAS

O Processo Seletivo destina-se ao preenchimento de vagas existentes nas funções de CONCILIADOR e/ou de JUIZ LEIGO na comarca de Lavras do Sul, mais as que surgirem no período da validade do Processo Seletivo, de acordo com o interesse da Administração e nos termos do Provimento n.º 10/2012-CGJ.

Função	Número de vagas
Conciliador Cível	1
Juiz Leigo	1

1.2 ATRIBUIÇÕES

As atribuições das funções de Conciliador e Juiz Leigo são as constantes na Resolução nº 905/2012-COMAG.

1.3 REMUNERAÇÃO

O valor da remuneração dos Conciliadores e dos Juizes Leigos é o definido nos Atos n.º 33/2004-P e n.º 49/2009-P, observado o disposto no art. 31, parágrafo único, da Res. 905/12 COMAG.

1.4 REQUISITOS PARA O EXERCÍCIO

Os requisitos gerais para o exercício da função de Conciliador Cível e Juiz Leigo são os constantes da Res. 905/2012 COMAG.

1.5 INSCRIÇÕES

As inscrições serão recebidas na sede do Fórum, no endereço Rua Júlio de Castilhos, nº. 373, Centro, Lavras do Sul/RS, de segunda a sexta-feira, das 9 às 12 horas e das 14 às 17 horas, **no período de 10 de maio a 24 de maio de 2016**. O requerimento de inscrição estará disponível, para preenchimento em formulário próprio, no local de inscrição.

A inscrição ao Processo Seletivo implica, desde logo, o conhecimento e a tácita

aceitação, pelo candidato, das normas estabelecidas na legislação pertinente, bem como das condições constantes no inteiro teor deste Edital, de seus anexos e da Resolução n.º 905/2012-COMAG, com as alterações da Resolução n.º 919/2012-COMAG.

A relação dos candidatos que tiveram sua inscrição homologada será disponibilizada na sede da comarca, no dia 25 de maio, e na página dos Juizados Especiais no sítio do Tribunal de Justiça na internet.

1.6. PROCESSO SELETIVO

O Processo Seletivo, para ambos os cargos, que observará os critérios de singeleza e simplicidade, constará de 02 (duas) etapas.

A primeira consistirá de prova de múltipla escolha, com 50 (cinquenta) questões tendo cada uma 5 (cinco) alternativas e apenas uma correta, de caráter eliminatório e classificatório. O conteúdo da prova escrita será definido pelo juiz presidente do juizado, conforme art. 13, V, da Res. 905/2012 COMAG (Anexo I).

Será considerado aprovado o candidato que obtiver no mínimo, nota 6,0 (6/10) na prova de múltipla escolha (ou 60% da prova).

A segunda será constituída de uma Prova de Títulos, de caráter meramente classificatório, conforme art. 17 da Res. 905/2012 COMAG.

O resultado da Prova de múltipla escolha por função será disponibilizado na sede do Fórum local e na página dos Juizados Especiais no site do Tribunal de Justiça, em até 10 (dez) dias após a realização das provas.

Caberá recurso ao Conselho Gestor, no prazo de 2 (dois) dias contados da publicação do resultado das Provas Escritas de cada função.

Julgados os recursos, será publicada a relação dos candidatos aprovados e a indicação dos selecionados para apresentação dos títulos, no prazo de 3 dias.

1.7 APLICAÇÃO DAS PROVAS ESCRITAS – DA PROVA DE TÍTULOS

A aplicação das Provas de múltipla escolha **ocorrerá no dia 06 de junho do corrente ano**. As Provas para as funções de Conciliador Cível e Juiz Leigo terão duração de 04 (quatro) horas, sendo, no turno da manhã, das 8 às 12 horas para a função de Conciliador Cível, e, no turno da tarde, das 14 às 18 horas para a função de Juiz Leigo.

A prova será realizada na Escola Municipal Fund. Dr. Claudio Teixeira Bulcão, no endereço Rua Cel. Mesa, nº 400, Centro, Lavras do Sul/RS.

Os candidatos devem comparecer ao local com 30 (trinta) minutos de antecedência do horário estipulado para o início da prova.

O candidato somente poderá retirar-se do local de prova, portando o caderno de questões, 2 (duas) horas após o seu início.

O candidato deverá comparecer ao local de prova munido, preferencialmente, do documento oficial de identificação que serviu de base para a sua inscrição e de caneta esferográfica, tinta azul ou preta.

Durante a realização da Prova, não serão permitidas consultas de qualquer espécie.

Serão selecionados para a Prova de Títulos os candidatos aprovados na Prova de Múltipla Escolha que obtiverem as maiores notas na referida prova, desde que observado um mínimo de 60% de acertos, em número correspondente a 03 (três) vezes o número de vagas anunciadas neste Edital, para cada função.

1.8. DOS RECURSOS

Os candidatos poderão ingressar com recursos, dirigidos ao Conselho Gestor dos

Juizados contra: a) a Prova Múltipla Escolha; b) Prova de Títulos e d) o resultado final do processo seletivo.

Todos os recursos interpostos deverão obedecer aos preceitos estabelecidos neste Edital. A petição de recurso deverá ser protocolada na secretaria responsável pelo processo seletivo, dentro do horário normal de expediente forense do primeiro grau de jurisdição, no prazo de 2 (dois) dias contados da devida publicação na página dos Juizados Especiais no site do Tribunal de Justiça.

Não se conhecerá dos recursos interpostos via postal, via fax, por correio eletrônico ou sistema de protocolo integrado, que não forem formulados por escrito, que não contiverem fundamentação ou que não apresentarem a documentação adequada para instruí-los.

Os candidatos aprovados serão designados de acordo com as necessidades da Administração, obedecida rigorosamente a ordem de classificação.

Durante a validade do Processo Seletivo, que será de dois anos, o candidato aprovado que manifestar a vontade de não ser designado, deverá declará-lo por escrito, passando de imediato a ocupar a última posição na lista dos classificados.

1.9. DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

Os candidatos aprovados serão classificados de acordo com a ordem decrescente da nota final.

Na hipótese de empate, serão utilizados, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate:

a) idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, nos termos do art. 27, parágrafo único, da Lei Federal n.º 10.471/03 (Estatuto do Idoso), dando-se preferência ao de idade mais elevada. Fica estabelecido que o candidato deverá ter completado 60 (sessenta) anos até a data da publicação do presente Edital de Abertura do Processo Seletivo;

b) tempo de inscrição definitiva na Ordem dos Advogados do Brasil, devidamente comprovado;

c) exercício anterior da função de Conciliador ou Juiz Leigo, em unidade do Juizado Especial Cível;

d) persistindo o empate, prevalecerá o candidato de maior idade.

1.10. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Falsidade das informações e/ou dos documentos fornecidos, verificada em qualquer tempo, resultará na anulação de todos os atos decorrentes da inscrição.

A aprovação no Processo Seletivo não gera direito adquirido à designação. Contudo, observar-se-á a Classificação Final e o prazo de validade para o efeito de designação.

Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho Gestor dos Juizados Especiais.

COMARCA DE LAVRAS DO SUL-RS, 26 DE ABRIL DE 2016.


Leandro Preci
Juiz de Direito

Presidente (em regime de substituição) do Juizado Especial Cível e Criminal.

Anexo I

O PROGRAMA DAS MATÉRIAS QUE SERÃO EXIGIDAS NO PROCESSO SELETIVO (Art. 13, V, da Res. 905/12 COMAG).

LÍNGUA PORTUGUESA – 1 Ortografia. 1.1 Sistema oficial vigente (emprego de letras, acentuação, hífen, divisão silábica). 1.2 Relações entre sons e letras, pronúncia e grafia. 1.3 Crase. 1.4 Uso dos porquês. 2 Morfologia. 2.1 Estrutura e formação de palavras. Famílias de palavras. 2.2 Classes de palavras e suas características morfológicas. 2.3 Flexão nominal: padrões regulares e formas irregulares. 2.4 Flexão verbal: padrões regulares e formas irregulares. 3 Sintaxe. 3.1 A oração e seus termos. 3.1.1 Emprego das classes de palavras. 3.1.2. Sintaxe da ordem. 3.1.3 Regência nominal e verbal. 3.1.4 Concordância nominal e verbal. 3.2 O período e sua construção. 3.2.1 Período simples e período composto. 3.2.2 Coordenação: processos, formas e seus sentidos. 3.2.3 Subordinação: processos, formas e seus sentidos. 3.3 Equivalência entre estruturas; transformação de estruturas. 3.4 Discurso direto, indireto e indireto livre. 4 Pontuação: sinais, seus empregos e seus efeitos de sentido. 5 Semântica. 5.1 Significação de palavras e expressões. Relações semânticas entre palavras e expressões (sinonímia, antonímia, hiponímia, homonímia, polissemia); campos semânticos. 5.2 Significação contextual das expressões; significados literais e significados figurados; denotação e conotação das expressões. 5.3 Relações semânticas, lógicas e enunciativas entre frases. 5.4 Valores semânticos das classes de palavras. 5.5 Valores dos tempos, modos e vozes verbais. 5.6 Efeitos de sentido da ordem de expressões na oração e no período. 6 Leitura, análise e interpretação de texto. 6.1 Variedades de linguagem, tipos e gêneros textuais, e adequação de linguagem. 6.2 Elementos de sentido do texto: coerência e progressão semântica do texto; relações contextuais entre segmentos de um texto; informações explícitas, inferências válidas, pressupostos e subentendidos na leitura do texto. 6.3 Elementos de estruturação do texto: recursos de coesão; função referencial de pronomes; uso de nexos para estabelecer relações entre segmentos do texto; segmentação do texto em parágrafos e sua organização temática. 6.4 Interpretação do texto: identificação do sentido global de um texto; identificação de seus principais tópicos e de suas relações (estrutura argumentativa); síntese do texto; adaptação e reestruturação do texto para novos fins retóricos.

DIREITO CONSTITUCIONAL I - 1 Direito Constitucional: conceito e objeto, origem, formação, conteúdo, fontes, métodos de trabalho. 2 Constituição: tipologia, classificação, concepções, legitimidade, pauta normativa e pauta axiológica. A força normativa da Constituição. 3 A constitucionalização simbólica: a constitucionalização, texto constitucional e realidade constitucional. Eficácia das normas constitucionais. 4 Sistema constitucional: a Constituição como um sistema de normas. Os valores na Constituição. Preceitos fundamentais. Fins e funções do Estado. 5 Normas constitucionais: natureza, classificação, lacunas na Constituição, espécies e características, princípios jurídicos e regras de direito. Aplicação da Constituição no tempo e no espaço. Eficácia das normas constitucionais e tutela das situações subjetivas. Eficácia vertical e horizontal dos direitos fundamentais. Orçamento e reserva do possível. O princípio da proibição do retrocesso social. 6 Hermenêutica e interpretação constitucional. Métodos e conceitos aplicados à interpretação. Princípios de interpretação especificamente constitucionais. 7 Constitucionalismo e neoconstitucionalismo. Jurisdição constitucional e consequências da interpretação. 8 Poder constituinte. 8.1 Perspectivas históricas. 8.2 Poder constituinte originário: caracterização, função, finalidade, atributos, natureza. 8.3 Espécies de poder constituinte derivado: atuação e limitações. 8.4 Poder constituinte supranacional. 9 Controle de constitucionalidade. Supremacia da Constituição Federal. Teoria da inconstitucionalidade. Teoria da recepção. O controle difuso da constitucionalidade. O controle concentrado da constitucionalidade (ADI, ADI por omissão, ADC, ADPF). Mutações constitucionais. Técnicas de decisões nos tribunais constitucionais. Controle de constitucionalidade do direito estadual e do direito municipal. Bloco de constitucionalidade. II – 1 Organização do Estado. 1.1 Formação, desenvolvimento, evolução, soberania, globalização, comunidades

internacionais. 1.2 Estado Federal: conceito, surgimento, evolução e características, vedações. 1.3 Federação brasileira: componentes e intervenção. Competências e sua repartição. Conflitos jurídicos no Estado Federal brasileiro. Princípio da simetria e autonomia dos entes federativos. 1.4 Federalismo cooperativo, princípio da solidariedade e igualação das condições sociais de vida. 1.5 Federalismo assimétrico. 2 União: natureza jurídica, competências e bens. Territórios. 3 Estados federados: natureza jurídica, competências, autonomia, capacidade de auto-organização e seus limites. 4 Municípios: natureza jurídica, criação, competências, autonomia, capacidade de auto-organização e seus limites, lei orgânica e seus elementos, regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões. 5 Distrito Federal. 6 Organização administrativa do Estado. 6.1 Administração Pública: noção, normas e organização. 6.2 Princípios constitucionais da Administração Pública. 6.3 Servidores públicos civis e militares: regime jurídico constitucional. 6.4 Responsabilidade Civil do Estado. 7 Organização funcional do Estado. 7.1 Princípio da separação dos poderes: essência, evolução, significado e atualidade. 7.2 Controles interorgânicos e funções típicas e atípicas de cada poder. 8 Poder Legislativo. 8.1 Funções, organização e funcionamento. 8.2 Atos parlamentares. 8.3 Espécies normativas. 8.4 Processo legislativo. 8.5 Estatuto dos congressistas. 8.6 Tribunal de Contas. 9 Poder Executivo. 9.1 Presidente da República, Governadores e Prefeitos: eleição, reeleição, perda do mandato, impedimento, substituição, sucessão, vacância, responsabilidade e atribuições. 9.2 Ministros de Estado, Conselho da República e Conselho de Defesa Nacional. 10 Poder Judiciário. 10.1 Funções, organização, competências e funcionamento. 10.2 Estatuto da magistratura e seus princípios informativos. 10.3 Garantias institucionais da função judicial. 10.4 Precatórios. 10.5 Jurisdição constitucional do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte. 10.6 Súmula vinculante. 10.7 Conselho Nacional de Justiça. 10.8 Responsabilidade do Estado por atos jurisdicionais. 10.9 O papel do tribunal constitucional na efetivação da Justiça. 10.10 Políticas públicas e controle jurisdicional. 11 Funções essenciais à Justiça. 11.1 Ministério Público: regime jurídico constitucional. 11.2 Defensoria Pública: enquadramento constitucional, princípios, garantias institucionais e funcionais, Emenda Constitucional de nº 80/2014 e Defensoria Pública na Constituição do Estado do Rio Grande do Norte. 11.3 Advocacia Pública: Advocacia da União e Procuradorias. 11.4 Advocacia. 12 Sistema constitucional das crises. 12.1 Estado de defesa. 12.2 Estado de sítio. 12.3 Forças armadas. 12.4 Segurança pública. 13 Finanças públicas. 13.1 Normas gerais. 13.2 Orçamentos: princípios, elaboração, gestão, fiscalização e controle da execução orçamentária. 14 Ordem econômica e financeira. 14.1 princípios gerais e fins da ordem econômica. 14.2 Atuação e posicionamento do Estado no domínio econômico. 14.3 Propriedades na ordem econômica. 14.4 Política urbana: bases constitucionais do direito urbanístico. 14.5 Política agrícola fundiária e reforma agrária. 14.6 Sistema financeiro nacional. 14.7 A justiça social. 15 Ordem social. 15.1 fundamentos e objetivos. 15.2 Seguridade social. 15.3 Educação, cultura e desporto. 15.4 Comunicação social. 15.5 Meio ambiente. 15.6 Família, criança, adolescente e idoso. 15.7 índios. 15.8 Pessoas com deficiência. 15.10 A justiça social. III - 1 Direitos e garantias fundamentais: conceito, evolução, estrutura, características, funções, titularidade, destinatários, colisão e ponderação de valores. Teoria geral das garantias. Direitos fundamentais em espécie. Conflito de direitos fundamentais. Restrições a direitos fundamentais. Teorias interna e externa. O princípio do respeito ao conteúdo essencial dos direitos fundamentais. Teorias objetiva e subjetiva. Teorias absoluta e relativa. O princípio da proporcionalidade: conceito, origem, conteúdo, elementos e subprincípios. O princípio da proibição do excesso. O princípio da proibição da proteção insuficiente. O princípio da razoabilidade: conceito, origem e conteúdo. 2 Proteção judicial dos direitos fundamentais: as ações constitucionais. 3 Proteção não judicial dos direitos fundamentais: direito de resistência e direito de petição. 4 Direitos sociais. Teoria geral dos direitos sociais. Classificação. Efetivação. Intervenção do Poder Judiciário em tema de implementação de políticas públicas. 5 O direito ao mínimo existencial: origem, conceito, fundamento e objeto. 6 Direito de nacionalidade. Condição jurídica do estrangeiro no Brasil. 7 Direito de cidadania: direitos políticos positivos e negativos, partidos políticos. 8 Tratados internacionais de direitos humanos e direito interno. IV – 1 Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

DIREITO CIVIL: Código Civil: Fontes formais do direito positivo. Vigência e eficácia da lei. Conflitos de leis no tempo e no espaço. Hermenêutica e aplicação da lei. Das Pessoas Naturais: começo e

fim da personalidade, capacidade de fato e de direito; Direitos da Personalidade. Das Pessoas Jurídicas: classificação; Pessoas jurídicas de direito público e de direito privado; personalidade jurídica; representação e responsabilidade. Registro civil das pessoas jurídicas. Domicílio: Domicílio da pessoa natural e da pessoa jurídica; Pluralidade e mudança de domicílio. Bens: classificação; Bens públicos; Bens fora do comércio. Do Negócio Jurídico: Validade; Representação; Defeitos: erro, dolo, coação, simulação, fraude e lesão; Invalidade. Atos e fatos jurídicos: conceito e classificação; interpretação dos atos jurídicos; Atos ilícitos; Prescrição e Decadência: causas suspensivas e interruptivas; Prazos. Obrigações: Definição; Elementos constitutivos; Fontes; Classificação; Modalidades; Liquidação; Solidariedade: Transmissão das Obrigações; Adimplemento e Extinção das Obrigações. Pagamento: do credor e do devedor; Objeto; Prova; Lugar e tempo; Mora. Do pagamento indevido por consignação e com sub-rogação; Dação em pagamento; Compensação; Novação; Remissão das dívidas; Inadimplemento das Obrigações: Mora, Perdas e Danos, Juros legais. Cláusula penal: Contratos: definição, classificação, formação, espécies, vícios redibitórios, evicção, contratos aleatórios, extinção do contrato, cláusulas especiais à compra e venda, preferência ou preferência, venda com reserva de domínio. Troca ou Permuta; Contrato estimatório; Contrato de Corretagem; Contrato de Transporte; Contrato de Seguro; Doação: revogação; Locação de coisas; Empréstimo: comodato, mútuo; Prestação de serviço; Empreitada; Depósito. Mandato: obrigação do mandatário e do mandante; Extinção. Jogo e da Aposta. Fiança. Transação. Promessa de compra e venda. Pagamento indevido. Enriquecimento sem causa. Títulos de Crédito: ao portador; à ordem; nominativo. Responsabilidade civil: Obrigação de indenizar; Teoria da Culpa e do Risco; Dano moral; Liquidação das obrigações. Teoria da Imprevisão. Empresário: Capacidade; Sociedade: espécies, obrigações. Administração. Estabelecimento: nome, prepostos, escrituração. Direito das coisas: posse. Direitos reais: propriedade, aquisição. Condomínio; Servidões. Direitos de Vizinhança. Usufruto. Uso. Hipoteca .

DIREITO PROCESSUAL CIVIL: Código de Processo Civil (Será objeto de todo o conteúdo programático de Direito Processual Civil, tanto a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, com todas as alterações legislativas posteriores, como a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015): Jurisdição e competência: conceito, formas, limites e modificações da competência. Ação: conceito, classificação, espécies, natureza jurídica. Ação e Pretensão. Condições da ação. Partes e Procuradores: capacidade processual, deveres, responsabilidade, despesas e multas, substituição. Litisconsórcio e Assistência. Intervenção de terceiros. Ministério Público. Órgãos Judiciários e Auxiliares da Justiça. Juiz: Poderes, deveres e responsabilidade. Impedimentos e suspeição. Atos processuais. Forma. Tempo, lugar, prazos e penalidades. Comunicações dos atos. Nulidades. Processo: formação, suspensão e extinção. Processo e Procedimento: disposições gerais. Procedimento Ordinário. Petição inicial: pedido e indeferimento. Resposta do réu: Disposições gerais; Contestação; Exceções Processuais: incompetência, impedimento e suspeição. Reconvenção. Revelia. Prova: disposições gerais; depoimento pessoal; confissão; prova documental; arguição de falsidade. Audiência. Sentença: conceito, classificação, requisitos e efeitos. Coisa julgada: limites e efeitos. Preclusão. Procedimento Sumário. Recursos: Disposições gerais e efeitos. Apelação. Agravo. Embargos de declaração. Processo de Execução: partes, competência, requisitos, títulos executivos, responsabilidade patrimonial. Espécies de Execução. Execução Obrigação da entrega de coisa certa e incerta. Obrigações de fazer e não fazer; Execução por quantia certa. Penhora. Depósito. Adjudicação. Embargos do devedor. Embargos à execução contra a Fazenda Pública. Extinção das Obrigações. Suspensão e Extinção do Processo de Execução. Medidas cautelares. Procedimentos cautelares. Arresto. Sequestro. Caução. Busca e apreensão. Produção antecipada de provas. Justificação. Protesto. Notificação e Intepelação. Embargos de Terceiro. Procedimentos especiais de jurisdição contenciosa. Procedimentos especiais de jurisdição voluntária. Disposições gerais. Alienações judiciais; Assistência judiciária (Lei nº 1.060, de 05-02-50). Ação Civil e ressarcimento do dano decorrente de sentença penal condenatória (ação civil “ex-delicto”).

JUIZADOS ESPECIAIS: Lei n.º 9.099/95 – I Disposições Gerais; II dos Juizados Especiais Cíveis; III Dos Juizados Especiais Criminais – Disposições Gerais; IV Disposições Finais Comuns.

DIREITO DO CONSUMIDOR: Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078/90). Direitos do Consumidor. Política Nacional de Relações de Consumo. Direitos Básicos do Consumidor. Qualidade de produtos e Serviços. Prevenção e Reparação dos Danos. Responsabilidade pelo Fato do Produto ou do Serviço. Responsabilidade pelo Vício do Produto ou do Serviço. Decadência e Prescrição. Desconsideração da Pessoa Jurídica. Práticas Comerciais: oferta, publicidade, práticas abusivas. Cobrança de dívidas. Bancos de dados e Cadastros de Consumidores. Proteção Contratual. Cláusulas Abusivas. Contratos de Adesão. Defesa do Consumidor em Juízo. Ações de Responsabilidade do Fornecedor de Produtos e Serviços.

JUIZADOS ESPECIAIS DA FAZENDA PÚBLICA: Lei n.º 12.153/2009

OUTRAS LEIS ESPECIAIS: Lei de Locações (Lei n.º 8.245/91). Lei do Cheque (Lei n.º 7.357/85). Lei das Duplicatas (Lei n.º 5.474/68). Lei Uniforme de Genebra (Decreto n.º 57.663/66). Lei da Letra de Câmbio (Decreto n.º 2.044/08). Lei do Protesto (Lei n.º 9.492/97). Código Nacional de Trânsito (Lei n.º 9.503/95): art. 26 ao 67.

OUTROS: 1 Enunciados do FONAJE. 2 Súmulas do STJ, STF e vinculantes. 3 Informativos do STJ e STF.